



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ – 2º SEMESTRE/2019
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
09 DE JUNHO DE 2019**

I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Faça uma abordagem sobre as chamadas “ cláusulas pétreas implícitas”. (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Com fundamento nas normas constitucionais relativas ao tema, faça uma abordagem sobre as formas de intervenção do Estado na ordem econômica. (máximo de 20 linhas)

II - DIREITO CIVIL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Dê a distinção entre fruto e produto, inclusive mencionando exemplos. Classifique “fruto”, definindo cada uma de suas modalidades. (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Contrato de mútuo bancário. Financiamento em 24 (vinte e quatro meses). Mutuário pessoa jurídica. Pagamento apenas das duas primeiras prestações. Mora do devedor caracterizada. Vencimento antecipado da dívida, em observância a cláusula contratual expressa.

Pergunta-se: Qual o termo inicial para o cômputo do prazo prescricional, aquele relativo ao vencimento da segunda parcela, quando ocorreu o vencimento antecipado da dívida, ou aquele relativo ao vencimento da última parcela do contrato? Analise a questão considerando o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema. (máximo de 20 linhas)

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Carlos ajuizou ação de revisão de contrato de financiamento de automóvel garantido por alienação fiduciária em garantia, afirmando que a instituição financeira com que contratou, Banco Finance S.A., teria calculado erradamente o valor das prestações, tendo promovido a capitalização dos juros. A petição inicial foi distribuída para a 3ª Vara Cível da Comarca da Capital.

De outro lado, o Banco Finance S.A. ajuizou contra Carlos ação de busca e apreensão do veículo, ao fundamento de que as prestações devidas não vinham sendo pagas. A petição inicial foi distribuída para a 7ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Não tendo ainda sido proferida sentença em qualquer dos dois processos, devem eles ser reunidos para julgamento conjunto? (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

No curso de um processo de execução por quantia certa as partes, ambas plenamente capazes, celebraram negócio processual para ajustar que os embargos à execução seriam recebidos com efeito suspensivo independentemente de garantia do juízo, só sendo possível a expropriação do bem penhorado posteriormente a eventual sentença de improcedência dos embargos. O instrumento do negócio processual foi apresentado em juízo quando do oferecimento dos embargos. O juiz, porém, considerou que essa convenção contrariava a lei expressamente, e determinou a imediata realização de leilão judicial. Decidiu acertadamente o juiz? (máximo de 20 linhas)

IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Se um sócio adquire todas as outras quotas de uma sociedade limitada devido ao falecimento dos demais sócios, a sociedade deve ser extinta? (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Um credor está executando judicialmente uma sociedade com problemas financeiros e um coobrigado solvente, com base em um mesmo título de crédito. Considerando que apenas a sociedade apresentou pedido de recuperação judicial e as execuções judiciais contra a mesma foram suspensas pela decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação, deve ser suspensa também a execução contra o coobrigado ou contra este a execução pode prosseguir? (máximo de 20 linhas)

V - DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Numa visão analítica, a doutrina conceitua o crime como um fato típico, ilícito e culpável. De acordo com a concepção finalista, identifique os elementos que compõem a infração penal em cada uma das etapas. (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

João vive maritalmente com Maria há 03 anos. Certo dia, por não ter gostado do fato de Maria ter chegado tarde em casa, desferiu um soco no rosto da companheira, causando-lhe ferimento leve, tendo ainda a ameaçado concretamente de morte, o que fez com Maria registrasse o ocorrido na delegacia própria, pedindo a adoção das providências cabíveis. Dias depois, Maria compareceu na delegacia e disse não ter mais interesse em ver João processado. Inobstante tal "retratação", o MP denunciou João pelos crimes dos artigos 129, § 9º e 147, ambos c/c artigo 61, II, "f", do Código Penal. Encerrada a instrução, sendo os fatos provados, o MP pediu a condenação nos termos do pedido inicial, enquanto a defesa requereu a extinção do processo em razão de a vítima ter desistido da representação ou, se não acolhido o pedido, a suspensão do processo na forma do artigo 89 da Lei 9099/95. No mérito, requereu o afastamento da agravante referida na denúncia, a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos se procedente a pretensão punitiva ou a aplicação do sursis. Você atuando como juiz, como decidiria os pedidos das partes? (máximo de 20 linhas)

VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

A quem compete processar e julgar crime de lesão corporal dolosa leve praticado por Defensor Público em contexto de violência doméstica? (máximo de 20 linhas)

2ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Em crime de estupro seguido de morte o perito localiza restos de pele sob as unhas da vítima indicando resistência e luta com o agressor. Foram colhidas imagens de câmeras em que se vê o suspeito próximo ao local de encontro do corpo da vítima. Com o objetivo de realizar exame de DNA o juiz determina que o suspeito forneça fio de cabelo e diante da recusa o juiz determina a extração forçada de fio de cabelo para permitir a realização da perícia. Analise a decisão judicial. (máximo de 20 linhas)

VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO ÚNICA (8 PONTOS)

Valéria comprou uma mesa e dois sofás em loja situada em um shopping de lojas especializadas em venda de móveis residenciais e de escritório, efetuando o pagamento antecipado do valor e convencionando data e local de entrega. Ocorre que os móveis nunca foram entregues à Valéria. Verifica-se, na hipótese, um caso de fato do produto previsto no art.12 do Código de Defesa do Consumidor? (máximo de 20 linhas)

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO (20 PONTOS)

“Desenvolvimento social e segurança pública são prioridades do governo”.

“Saúde e educação são as prioridades dos brasileiros, aponta Ipea”.

“As privatizações de empresas estatais deverão ser uma das prioridades do governo”.

“Prioridade do governo é a descentralização”.

Um novo governo instalou-se no Brasil em 2019. São inúmeras e variadas as dificuldades a serem enfrentadas pelos novos governantes, mas, como não há muito dinheiro disponível, é natural que se estabeleçam algumas prioridades.

Na sua opinião, qual deve ser a principal prioridade do novo governo? Justifique a sua escolha com argumentos adequados.

BOA SORTE !!!